



ATA SUMÁRIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 002/2017

EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referentes à Atividade de Perfuração Marítima na Área do Bloco FZA-M-59 Bacia da Foz do Amazonas.
PROCESSO IBAMA Nº: 02022.000336/2014-53
DATA: 11.11.2017
LOCAL: Escola Estadual Joaquim Nabuco. Rua Lélio Silva, 719, Centro – Oiapoque - AP

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às catorze horas e trinta e seis minutos, iniciou-se a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área do Bloco FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987. A Audiência Pública foi presidida pelo Sr. Antônio Celso Borges, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros – CGMAC/DILIC/IBAMA, tendo como secretário executivo o Sr. Alexandre d'Avignon, Coordenador da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás – COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA. A mesa foi composta, além do presidente e do secretário executivo, pelo Dr. Humberto Quintas, Diretor Jurídico da BP; e pelo Sr. Décio Maia, Diretor da AECOM; e pelo Rafael Albuquerque, representante da ANP. Após a execução do hino nacional, o presidente da mesa explicou os pontos principais do regulamento da Audiência. Todos os membros da mesa se apresentaram. O presidente da mesa também apresentou os analistas membros da equipe da COEXP, que analisou os estudos ambientais do IBAMA presentes, além de analistas ambientais do IBAMA do Amapá presentes na audiência. O Sr. Antônio Celso chamou o Sr. Alexandre D'Avignon, que às quatorze horas e quarenta e cinco minutos fez uma explanação sobre o tipo de atividade que sujeita ao processo de licenciamento ambiental, os objetivos da Audiência Pública, o estado do processo em questão e sobre as ações do IBAMA decorrentes dos processos de licenciamento de petróleo no mar na região da Margem Equatorial Brasileira. O Sr. Alexandre d'Avignon também falou das etapas do processo desde o momento em que a empresa arremata o bloco no leilão da ANP, passando pela manifestação de interesse no processo de licenciamento ambiental pela empresa, até a concessão ou não da Licença Ambiental, tratando também do acompanhamento das condicionantes após emitida a licença. Alguns resultados de projetos oriundos de pós-licença foram apresentados como exemplos. A apresentação foi encerrada às quinze horas e nove minutos. Após esta explanação, o Dr. Humberto Quintas representante da BP, às quinze horas e dez minutos iniciou a apresentação sobre as características operacionais, econômicas e ambientais do empreendimento, terminando a apresentação às quinze horas e trinta e um minutos. Neste momento o presidente da mesa saudou os as autoridades indicadas em lista anexa. Em seguida o Sr. Décio Maia, representante da consultora ambiental AECOM, iniciou sua apresentação às quinze horas e trinta e três minutos, abrangendo o diagnóstico realizado na área de



estudo e de influência do empreendimento, os impactos e riscos ambientais previstos e descrevendo as propostas elaboradas para os projetos ambientais a serem implementados como medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento, terminando às dezesseis horas e treze minutos. Após as apresentações o presidente informou à plenária a disponibilidade dos estudos ambientais e pareceres técnicos na internet e que todas as perguntas e contribuições serão respondidas e incorporadas ao processo. Informou ainda que durante o intervalo representantes da empresa e do IBAMA estarão à disposição para sanar dúvidas dos participantes, orientando e qualificando as dúvidas para serem debatidas no momento subsequente, ou seja, durante a plenária. O presidente deu início ao intervalo às dezesseis horas e quinze minutos. Ressaltou que, em atendimento ao disposto no Art. 11 da Resolução CONAMA nº 001, de 23.1.1986, os locais indicados em cartaz fixados nas paredes do auditório foram encaminhados e disponibilizados o EIA/RIMA. Fez-se um intervalo de cerca de cinquenta e oito minutos e os representantes da BP e da AECOM foram convidados para compor a mesa dos debates. A audiência começou com o presidente abrindo a sessão às dezessete horas e treze minutos, esclarecendo os aspectos do regulamento pertinentes à fase de debates e para as contribuições. O presidente saudou mais um grupo de autoridades presentes. Em seguida foi iniciada a sequência de perguntas escritas. A inscrição para os questionamentos escritos foi encerrada às dezessete horas e quatorze minutos pelo presidente da mesa. A primeira pergunta escrita que abriu esta fase foi do Sr. Gilberto quer saber se haverá impactos nos recursos pesqueiros da região. Neste momento o Sr. Gilberto fez uma interferência oral. O Sr. Décio da AECOM respondeu que não foram identificados impactos na atividade de pesca de caranguejos e peixes próximo à costa. O Sr. Gilberto manifestou novamente preocupação com o recurso pesqueiro em caso de acidente. O Sr. Décio da AECOM respondeu que no estudo de modelagem de óleo não há probabilidade de toque na costa. O Sr. Marlon quer saber se existe risco de alteração do curso das águas do oceano, e porque isso não foi levado em consideração no estudo apresentado, colocando o município como área de risco. O Sr. Décio chamou o Sr. Júlio da Prooceano. Por sua vez este informou que na elaboração da base hidrodinâmica foi identificada influência dos rios nas correntes oceânicas mais próximas a costa, mas nenhuma influência a 160 km da costa, onde ocorrerá o empreendimento. Sra. Diva dos Santos Almeida quer saber se em caso de vazamento haverá algum risco para os peixes e aqueles que consomem estes. O Sr. Décio informou que não há risco de toque de óleo na costa em caso de vazamento de acordo com os estudos de modelagem. Sr. Marlon, quer saber quem lucra com a exploração do óleo na região. O representante da BP, Sr. Humberto, respondeu que esse momento é de exploração, ou seja, momento em que se procura a presença do óleo e se este é ou não viável economicamente. Caso seja, haverá um outro processo de licenciamento, e provavelmente o Estado do Amapá receberá royalties. Mas na fase em que se encontra o empreendimento não se deve esperar nenhum tipo de compensação. Sra. Celice Lisboa quer saber se há risco de abalos sísmicos devido as perfurações. O geólogo, representante da BP, informou que a exploração de petróleo não desestabiliza a plataforma continental, e que não há registro de eventos tectônicos por causa da perfuração em plataforma oceânica. A Sra. Celice quer saber quais são as medidas tomadas caso haja abalos sísmicos durante a perfuração. O geólogo da empresa respondeu que não há relação entre a atividade de exploração de petróleo e abalos sísmicos, o que se comprova numeroso histórico de perfuração de poços na Bacia de



Campos, sem correlação com abalos sísmicos, apenas áreas próximas ao poço sofrem algum tipo de alteração. A Sra. Cláudia Barbosa da Habtec Mott MacDonald (HtMM) falou a respeito do projeto de comunicação social que atinge os municípios na área de influência, abrindo um canal de comunicação com os moradores dessas áreas. O Sr. Isaac Silva quer saber como funciona o protocolo em caso de incidentes já que o bloco está próximo ao caribe. O representante da BP lembrou que a empresa investe na prevenção e enfatizou que o estudo de modelagem apresentado mostra cenários probabilísticos, improváveis. Passou a palavra para o Sr. Pimenta da BP que esclareceu a respeito do trâmite que está sendo desenvolvido entre os Ministérios de Minas e Energia e Relações Exteriores, junto com a Guiana. Lembrou também que a mancha de probabilidade de vazamento de óleo caminha para o caribe. Salientou que a BP é membro da OSRL que faz parte do plano operacional do Caribe que tem como objetivo dar respostas imediatas a acidentes em caso de vazamento. Disse que há pouco tempo houve um exercício na Guiana quando se simulou o vazamento de sete mil barris de óleo. Sra. Inaís Ribeiro quer saber se vale a pena arriscar a exploração de óleo na região dada a sua sensibilidade. O Sr. Décio informou que os impactos estão restritos a área próxima à de perfuração. E que considerando o cenário de impacto potencial, não há probabilidade de toque de óleo nos manguezais e no sistema recifal. Lembrou que integrando o risco de acontecer um acidente com o risco do óleo chegar próximo ao sistema recifal se tem um resultado muito baixo de risco. A Sra. Inaís lembrou do risco da presença do óleo na coluna d'água. Ela também perguntou a empresa se sente apta para explorar petróleo nessa região depois do acidente no Golfo do México. O Sr. Pimenta lembrou da manifestação favorável da ANP e IBAMA para o CNPE, passando pelo processo de leilão da ANP até o momento atual de licenciamento. Comentou que a empresa BP aprendeu bastante com o acidente no Golfo do México, modernizando e revisando as técnicas e normas para atendimento à emergência, resultando em capacitações e avanços. Com relação aos recifes, falou que a resposta a emergência é dinâmica, citou alguns equipamentos de resposta, e disse que usarão todas as estratégias disponíveis para acompanhar o desenvolvimento da resposta e da mancha de óleo. Sr. Jonathan Viana quer saber como as apresentações podem ser disponibilizadas. O Sr. Antônio Celso lembrou que os municípios na área de influência receberam os estudos e que a audiência pública apresenta os principais pontos do estudo de maneira resumida. Também lembrou que o estudo está disponível no site do IBAMA. Sra. Deocleonce Lobato quer saber como pode ter acesso aos materiais produzidos durante o estudo. Novamente, o Sr. Antônio lembrou que a prefeitura recebeu o estudo e que este também está na internet. A Sra. Deocleonce Lobato quer saber se esse material pode ser disponibilizado de maneira mais acessível. Se o projeto de comunicação social pode transformar o material produzido durante o estudo em conhecimento para a população, através de livros, revistas e cartilhas. O Sr. Alexandre disse que o IBAMA está se esforçando para produzir conhecimento científico através desses estudos. A Sra. Fátima da BP informou que o PCS leva informações para a sociedade e lembrou que alguns moradores do Oiapoque receberam o RIMA, e lembrou do canal de comunicação com a empresa, e que qualquer um pode solicitar o envio do material. A Sra. Rafaela consultora contratada informou que a equipe tem se esforçado para elaborar um trabalho a respeito da aquicultura, e que o estudo serviu como fonte de pesquisa para vários trabalhos de conclusão de curso, assim como o capítulo de um livro a ser publicado. A Sra. Luiza Campos quer saber se em caso de vazamento em quantos dias a empresa



resolveria o problema. O Sr. Pimenta descreveu elementos do PEI para a contenção dos vários cenários de vazamentos estipulados pela CONAMA. Lembrou das estratégias de curto, médio e longo prazos, que incluem acionamento do de BOP, capeamento e poços de alívio. O Prof. Aguiar perguntou qual o posicionamento dos governos da Guiana Francesa e do Suriname que podem ser atingidos por óleo em caso de vazamento. O Sr. Pimenta lembrou do acordo internacional que já existe entre a empresa e a OSRL que é responsável pela resposta a um vazamento na região do Caribe. O Sr. Humberto lembrou dos acordos internacionais de cooperação entre Brasil e estes países. O Sr. Rafael da BP falou dos acordos que foram firmados com a aeronáutica da Guiana Francesa para o atendimento a emergência. O Sr. Pimenta corrigiu informando que na costa da Guiana Francesa não tem probabilidade de presença de óleo, e sim em Trinidad e Tobago e Granadina. O Professor concluiu que os países estão cientes desse risco. O Sr. Antônio Celso lembrou que o Ministério das Relações Exteriores iniciou as tratativas. O Sr. Arnaldo quer saber se haverá um centro de recuperação de fauna no Oiapoque. O Sr. Pimenta falou que o estudo considera a possibilidade de criar uma estrutura na UFRA, e que haverá a necessidade de capacitação de pessoas para casos de emergências. Falou ainda de algumas características do PMAVE. O Sr. Arnaldo enfatizou sua preocupação com relação ao tema. O Sr. Pimenta lembrou que a empresa está analisando a logística para essa criação. O Sr. Humberto, representante da BP, disse que houve discussão acerca do tema, porém essa fase é apenas exploratória. O Sr. Pimenta disse que haverá capacitação de pessoal considerando a fase de produção, quando de fato há necessidade de criação de um centro de reabilitação de fauna temporário. Sra. Gina Feitosa mostrou preocupação com relação a possíveis vazamentos de combustíveis que serão levados para abastecer as aeronaves na estrada federal. O Sr. Pimenta lembrou que a BP apenas contrata empresas que atendam aos requisitos de segurança da empresa, e citou alguns itens que a empresa contratada deve atender. Falou também que haverá um caminhão por semana para abastecer a atividade. O Sr. Irã lima de Souza quer saber se haverá outro processo caso haja óleo. O Sr. Antônio Celso informou que a fase atual é referente a fase de pesquisa, e que sim, haverá outro processo caso a empresa tenha a intenção de produzir óleo. O Sr. Irã ainda quer saber quanto foi investido em projetos sociais. A Sra. Fátima da BP falou da experiência da empresa, e falou da implementação de projetos na fase de produção. Lembrou que esses projetos são elaborados entre as pessoas afetadas pelo empreendimento e a empresa na fase da produção. E que a maioria dos seus projetos é focado em educação. Relembrou a respeito da exposição que ocorreu no Oiapoque a respeito do universo do petróleo. Enfatizou que a empresa não está prometendo nada, já que ainda não sabe se há óleo comercial na região explorada. O Sr. Humberto disse que já foram investidos um milhão de reais em projetos ambientais em 2016. A Sra. Maria de Nazaré Oliveira dos Santos quer saber se o IBAMA permitirá o empreendimento se a população local for contrária. O Sr. Alexandre d'Avignon falou que a formulação dos pareceres técnicos leva em consideração as oitivas. O Analista Ambiental Gabriel reforçou que a audiência pública tem função de receber contribuições e ouvir a população, mas que de acordo com a legislação, o deferimento ou indeferimento da licença não depende dos anseios da população ouvida. E que todo material oriundo das audiências serve para a elaboração dos pareceres e que o corpo técnico apenas sugere a emissão ou não da licença, sendo a presidência do IBAMA responsável por emitir ou não este documento. A Sr. Maria de Nazaré replicou falando da sua preocupação com a comunidade, falando também de sua



governo francês sobre o uso de bases de apoio para emergências. Na réplica, Newton informou que na época ele era secretário de Meio Ambiente e que recebeu informações sobre um vazamento de óleo, em 1998. Registrou ainda a indignação perante a falta de espaço para participação da gestora do município na audiência pública. Deixou um alerta sobre possíveis entraves diplomáticos entre Brasil e Guiana Francesa, dizendo que o município tem contato constante com o governo francês. O Sr. Humberto da BP disse haver um equívoco com relação ao vazamento de óleo informado pelo Sr. Newton, pois nesse período a BP não operava perfuração exploratória no país e que a BP perfurou três poços na Bacia da Foz do Amazonas sem incidentes. O Sr. Francisco, coronel da polícia militar, informou sobre alguns aspectos das regras sobre distribuição dos royalties, que seriam inferiores ao apontado pela prefeita. Falou da estrutura do porto de Macapá para receber atividades e se mostra indignado por Belém e Ananindeua serem a base para as atividades e receptora dos resíduos, indagando os critérios da escolha destas cidades como base de apoio. O Sr. Rafael da BP falou que a escolha se deu em função de necessidades logísticas e que o porto de Macapá precisaria de um investimento muito grande, inviáveis nesta fase, e que o porto de Belém já estaria pronto. O Sr. Marcelo da BP informou que será aberta uma filial da BP no Oiapoque, o que fará que uma série de tributos decorrentes da atividade sejam arrecadados para o município e estado ao invés de outros locais. O Sr. Francisco replicou afirmando que em caso de produção de petróleo o Pará dará toda a estrutura para a atividade e que o Amapá não fará parte da desta estrutura logística. O Sr. Luís Fulano de Tal perguntou como a população pode cobrar que os recursos oriundos do petróleo sejam investidos na educação e em pró da comunidade. O Sr. Avignon fez algumas considerações sobre a colocação do Sr. Luís. O analista Gabriel fez alguns esclarecimentos a respeito da atividade e possíveis royalties. Lembrou que diversas áreas no Brasil produzem petróleo há décadas e nem por isso a população tem uma qualidade de vida melhor, pois depende que os recursos oriundos da atividade sejam bem investidos. Acrescentou que o IBAMA exige para os empreendimentos de produção que sejam feitos dos Projetos de Educação Ambiental que visam fomentar a organização das pessoas para que cobrem do estado e da empresa seus direitos e que seus recursos sejam investidos em educação e saúde, além de outros tipos de infraestrutura. O Sr. Humberto mostrou sensibilidade com relação ao tema e falou de projetos que a BP executa hoje na área de educação. O Sr. Humberto lembrou que a ANP faz a gestão dos recursos oriundos dessa atividade e fez algumas considerações sobre as regras de investimento dos royalties. Sr. Christiandson Correia da Silva propôs uma condição para a comunidade aceitar o empreendimento, que seria de Oiapoque ser um dos pontos de apoio para a resposta a emergência. Falou da sua preocupação com o crescimento das expectativas que poderiam levar ao inchaço populacional do município, que não conta com estrutura para tal. A representante da HtMM lembrou que essa fase se trata de uma fase de pesquisa e que é de curto prazo. Falou dos contatos feitos com a comunidade até o momento. E disse que o projeto de comunicação social visa esclarecer possíveis dúvidas. Falou também dos projetos que são criados em fase de produção para minimizar os impactos ocorridos na atividade. O Sr. Pimenta reforçou a importância da audiência pública para informar e receber as contribuições da sociedade, reforçando que a fase exploratória não irá gerar empregos e que Oiapoque não tem como receber embarcações de atendimento a emergência pois sua estrutura não atende as necessidade no momento. Disse também que países caribenhos podem ser base de saída das embarcações de atendimento a emergência, uma



vez que as modelagens de óleo mostram manchas de probabilidade caminhando para noroeste. O Sr. Christiandson replicou que desde 2016 a empresa está sondando a costa amapaense, e disse que a empresa não viria explorar óleo aqui se não tivesse o mínimo de certeza de encontrá-lo. E perguntou por que os investimentos no Amapá não começaram desde aquela época para tornar o estado capaz de receber estrutura de resposta da atividade. Lembrou da situação de Macaé com os problemas na Petrobrás e da crise do setor. A Sra. Fátima lembrou que desde o início a empresa deixou claro que não haverá retorno financeiro para o estado neste momento. Lembrou que a estrutura de exploração não fica em terra e sim em alto mar. Falou novamente do canal de comunicação que está aberto. O Sr. Humberto lembrou que os trabalhadores da plataforma serão transportados do aeroporto para a plataforma, não aumentando o número de pessoas na cidade. O Sr. Vander, geólogo da BP, falou um pouco sobre alguns aspectos geológicos da pesquisa de petróleo na bacia da foz do Amazonas. Falou também das probabilidades de se encontrar petróleo na foz do Amazonas. Citou também alguns dados estatísticos sobre descobertas de óleo na região. Sr. Pedro Ivo direcionou sua pergunta para o Sr. Décio, e cobrou um estudo que mostrasse o impacto nas comunidades humanas. Mostrou preocupação na efemeridade dos investimentos feitos no Oiapoque. Lembrou dos objetos que foram encontrados no Cabo Orange e questionou a modelagem de óleo apresentada, que não mostrou qualquer movimento do óleo em direção a costa. O Sr. Júlio da Prooceano falou sobre aspectos oceanográficos e de alguns padrões de corrente, diferenciando o comportamento dos objetos encontrados do comportamento da deriva do óleo. E afirmou que o domínio oceânico onde se faz a modelagem é diferente dos padrões no domínio costeiro. O Sr. Pimenta falou sobre o foguete encontrado no Cabo Orange e citou algumas características do ponto de lançamento do foguete que justifica a chegada dele na costa. Mostrou também alguns dados de correntes que foram levantados na região. O Sr. Pedro Ivo falou sobre a não constatação de impactos na aquicultura da região. E disse que a vila de Caciporé nunca recebeu ninguém da BP para fazer esse levantamento, e disse que a comunidade não foi ouvida, e todos da comunidade estão presentes na audiência para saber do que se trata a atividade. Rafaela Araújo, responsável pelo diagnóstico da Aquicultura, informou que foram identificados 39 empreendimentos através do levantamento, a sua maioria continental e inativo e que o estudo está disponível. Ricardo do ICMBio, oceanógrafo, afirma que a área provável de queda do foguete é mais além dos blocos e veio parar na costa do Amapá. Informou ainda que a canoa veio a deriva de uma regata ocorrida na Guiana Francesa parar na costa do Parque Nacional do Cabo Orange. Enfatizou os possíveis impactos causados pelo óleo em função da biodiversidade e pediu para que se tenha cautela com a questão, sendo impossível de ser recuperado em caso de acidente. Ressaltou ainda a sensibilidade das aves, incluindo as migratórias, portanto não podem ser feitos voos baixos. Reforçou a necessidade de se deixar claro que não serão gerados empregos, pois o município não comporta demanda de empregos e é muito sensível ao tema. Lembrou ainda que a região deve ser considerada no caso dos empreendimentos na Bacia de Barreirinhas. Thamiris, analista do IBAMA, informou que as considerações já são de conhecimento do IBAMA e estão sendo analisadas. Humberto da BP afirmou que a empresa tomará todas as medidas de cuidado, pois tem a segurança como prioridade e não quer impactar de modo algum a região. Afirmou que de fato não há previsão de geração de empregos nesta fase, apenas alguns tributos. Rafael da BP afirmou que os helicópteros não voarão baixo, voarão a cinco mil pés. Disse que esteve



em Kourau e que o local da queda do foguete foi estimado e que sua deriva coincide com o que é esperado pelas correntes no estudo. Ricardo ponderou que não tem como avaliar se a altitude proposta é satisfatória, pedindo que o mesmo seja avaliado pela empresa, estando apenas preocupado que se evite o impacto. Décio afirmou que o impacto será considerado e analisado no estudo. Decleoma Lobato afirmou que pretende criar uma escola de educação popular, a ser gestada pela própria sociedade civil, mas tem problemas de recursos, perguntando ao IBAMA se há a possibilidade de criar um projeto de compensação social em função do impacto da geração de expectativa e da migração, e se a empresa não poderia nesse caso financiar a escola através dessa compensação. O secretário da mesa afirmou que a empresa pode propor esta compensação no EIA. Humberto da BP afirmou que a compensação segue padrões, mas estão aberto para o diálogo. O secretário da mesa sugeriu o protocolo da proposta na mesa. João Lobão, presidente da câmara municipal de Oiapoque informou que o município tem se preparado para receber empreendimentos de petróleo e ponderou que a primeira audiência deveria ter sido em Oiapoque e não em Belém. Perguntou porque a pesca do município não foi considerada como influenciada se está muito mais próximo da rota das embarcações do que outros municípios influenciados. O secretário da mesa informou que a ordem das audiências foi decidida por questões de logística. Alison da HTMM afirmou que o diagnóstico identificou que a pesca artesanal de Oiapoque é mais costeira, portanto distante da rota de embarcações de apoio que é mais oceânica. E que foi identificado que frotas industriais de outros estados utilizam os portos da região, mas que tem uma autonomia e estratégia que tornam o impacto menos significativo. Dom Philip, jornalista do Le Guardian, quer saber como está dimensionado o impacto sobre os corais, considerando que estes começaram a ser estudados há pouco tempo, tendo sido pela primeira vez imageados neste ano pela ONG Greenpeace. Perguntou ainda porque o petróleo para o Amapá seria bom se não foi para o Rio de Janeiro, visto o atual cenário do estado. Às vinte horas e quatorze minutos o presidente da mesa foi substituído pelo secretário Alexandre d'Avignon, e o analista ambiental José Eduardo Évora passou a ser o secretário da mesa. Décio da AECOM informou que a probabilidade do óleo atingir o sistema recifal somado com a probabilidade do acidente acontecer é de dez elevado a quinta potência negativa, portanto muito reduzido. Informou ainda que a base dos recifes não é coralínea, mas carbonática. Paula Castelões, responsável pelo baseline complementou informando que o fundo dos blocos é lamoso segundo os imageamentos realizados, sendo ausentes os sistemas recifais no mesmo. Informou ainda que será feito imageamento na locação do poço antes da sua perfuração que será realocado caso haja formações biogênicas. O secretário considerou a segunda manifestação uma reflexão e não uma pergunta, e o requerente discorda da opinião. Humberto da BP disse que os recursos como os royalties são destinados conforme a lei e geridos pelos estados e municípios, não tendo a BP ingerência sobre esta gestão. Thiago Almeida considerou que a probabilidade de toque informada não é de fato o pior caso, mas sim o considerado pela empresa, sendo que Macondo apresentou um vazamento de 10 a 15 vezes maior do que o pior caso considerado no estudo; perguntou porque a retroflexão da corrente do Brasil não foi considerada, assim como o conhecimento tradicional dos pescadores. Vander da BP respondeu que a formação geológica é muito distinta. Humberto da BP reforçou o compromisso com a segurança da empresa. Thiago reforçou que não é uma comparação geológica, mas sim considerar que o cenário modelado não é o pior caso possível. Júlio da Prooceano



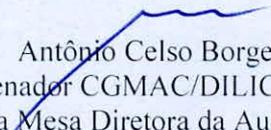
afirmou que o conhecimento sobre a retroflexão está no estudo e que o conhecimento dos pescadores é muitas vezes considerados para os estudos. Thiago Almeida se desculpou por não ter conhecimento da consideração da retroflexão no estudo. Jonathan Viana, da UNIFAP considerou que o estudo foi mal divulgado, pois foi constatado na audiência que não haverá geração de empregos, mas haverá impactos e não haverá compensações para o município. Humberto da BP disse que além das melhorias do aeroporto, caso haja descoberta, deveriam ter mais ações que resultassem em desenvolvimento para o município. O presidente da mesa informou que toda contribuição está sendo registrada e que propostas podem ser protocoladas na audiência e no período subsequente. Magalie Christophe perguntou se vale a pena arriscar a exploração considerando a sensibilidade da área. E sugeriu a presença de um tradutor francês para eventuais perguntas na língua considerando a peculiaridade transfronteiriça dos impactos potenciais do empreendimento. Priscila Barbosa disse que esses empreendimentos para os indígenas são sempre um transtorno mesmo sendo distante da terra indígena e citou alguns empreendimentos que causaram problemas aos indígenas. Pediu maior rigor nas análises dentro dos processos de licenciamento, falou também sobre a geração de expectativas desde as fases de pesquisa e levantamento de dados socioeconômicos para o estudo. Disse parecer que as manifestações na audiência não são levadas em consideração, tornando-se apenas um espaço de comunicação e não consulta sobre o empreendimento. Sr. Avignon disse que tudo que está sendo falado na audiência será levado em consideração nas análises. Moises Evaldo Pereira, promotor de justiça, fez um relato sobre as tentativas de participação do processo de oferta dos blocos na bacia da foz da Amazonas antes da décima primeira rodada de leilões da ANP. Informou a criação do conselho intermunicipal sobre petróleo e gás. Perguntou por que não haverá audiência em Calçoene e Amapazinho afirmando que no estudo foi identificado impactos nessas cidades. Mostrou preocupação na perda de recursos oriundos de tributos pertinentes a atividade. Citou alguns projetos que foram ruins para o estado do Amapá. Que devem exigir medidas compensatórias a empresa neste momento. Disse que caso não seja encontrado óleo, o estado já terá sentido os impactos da fase exploratória. Cobrou da Universidade Federal do Amapá a criação de cursos voltados para a atividade do petróleo, para capacitar a população garantindo futuramente o uso da mão de obra local também em fase exploratória. O Sr. Avignon informou que tudo será registrado em ata. Professora Maria Holanda Llorens falou dos povos indígenas da Bacia do Uaçá, e que os impactos incluiriam os povos da Vila Velha do Caciporé. Perguntou se em caso de vazamento o óleo entraria no rio Uaçá adentrando outras regiões, que no caso atingiria comunidades indígenas. Solicita devolutivas para a comunidade do Oiapoque dos estudos feitos pelo IEPA. O Sr. Avignon informou que tudo será registrado em ata, considerando a fala como uma manifestação apenas. O presidente informou que se encerraram as perguntas orais e a fase de debates. No total foram feitas quarenta e nove perguntas, sendo vinte e uma orais e vinte e oito escritas. Um documento foi protocolado durante a Audiência Pública. A Audiência Pública contou com a presença de quatrocentos e quarenta e sete participantes. O presidente fez suas considerações finais e, às vinte e uma horas e vinte e um minutos, considerou válida e encerrada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área do Bloco FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas, ao décimo primeiro dia de novembro de dois mil e

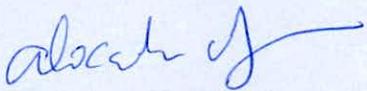
[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

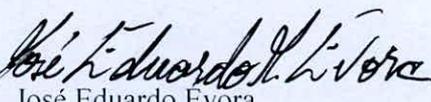


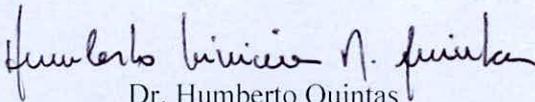
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS

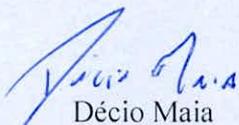
dezessete. Lavraram esta Ata os Analistas Ambientais da CGPEG/IBAMA, Thamiris da Silva Soares e Gabriel de Albuquerque Carvalho que assinam com os demais participantes.

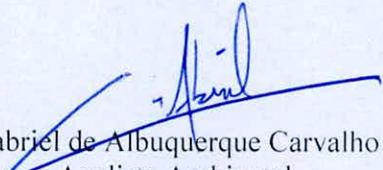

Antônio Celso Borges
Coordenador CGMAC/DILIC/IBAMA
Presidente da Mesa Diretora da Audiência Pública

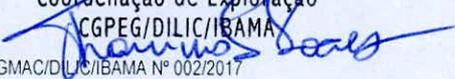

Alexandre d'Avignon
Coordenador COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA
Secretário da Mesa Diretora da Audiência Pública


José Eduardo Évora
Analista Ambiental COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA


Dr. Humberto Quintas
Representante Jurídico da BP Energy do Brasil


Décio Maia
Representante da AECOM


Gabriel de Albuquerque Carvalho
Analista Ambiental
CGMAC/DILIC/IBAMA

Thamiris da Silva Soares
Analista Ambiental
CGMAC/DILIC/IBAMA
Thamiris S. Soares
Analista Ambiental-Matr. 2077012
Coordenação de Exploração
CGPEG/DILIC/IBAMA


THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5408 S. UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILL. 60637